

**UM OLHAR PARA AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO
DISCURSO COMO FERRAMENTA DE ENSINO-
APRENDIZAGEM DE LÍNGUA PORTUGUESA: ANÁLISE
DISCURSIVA DE *NOMES AO LÉU***

GUIMARÃES, Antoniel Tavares Silva

Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão

gui.antoniel@gmail.com

MENDES, Laurianne Guimarães

Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Iporá

laurianneguime@gmail.com

RESUMO

Este texto articula uma extensão e inflexão acerca dos estudos da Educação e o campo da Análise do Discurso de linha francesa no que concerne à utilização das contribuições da perspectiva discursiva no processo de ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa em sala de aula (Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior) por meio da análise e interpretação de textos de revistas. Desta forma, objetiva-se, a partir da noção de *condição de produção* do discurso teorizada e discutida por Michel Pêcheux (1995) em *Análise Automáticas do Discurso*, Pêcheux e Catherine Fuchs (1993) em *A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas* e Jean-Jacques Courtine (2009) em *A noção de 'condições de produção do discurso'*, apresentar um gesto/esboço de análise do *corpus*, formado por onze sequências discursivas, recortado do texto *Nomes ao léu*, publicado na *Revista Veja* em 2013. O método consiste em discutir sobre os caminhos percorridos por Pêcheux e Fuchs (1993; 1995) e, subsequente, os refinamentos de Courtine (2009) sobre a concepção supracitada e propor uma análise discursiva do *corpus* para evidenciar a emergência de posicionamentos de sujeitos no discurso a partir de certas condições de produção constatadas durante a investigação. Parte-se da premissa de que a constituição do sujeito revela a emergência de discursos no dizer e instaura sentidos singulares, aspecto este que é invisível à análise puramente linguística ou lexical, comum no ensino de Língua Portuguesa na primeira metade do século XXI.

Palavras-chaves: Análise do discurso. Condições de produção. Ensino-aprendizagem.

DIZERES INICIAIS

Ao pensarmos no ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior, no início do século XXI, especialmente a respeito do estudo e análise de texto, constatamos que este processo não deve se restringir às análises da gramática ou do léxico, pois o *sujeito-professor* não é exclusivamente aquele capaz de ensinar e o *sujeito-aluno* aquele capaz de aprender, mas ambos participam de um jogo interativo de troca de saberes permitidos pela gama de possibilidades de uso da linguagem na relação *homem-mundo*¹⁰, seja pela inscrição na história, o lugar social, as posições ideológicas e os fenômenos enunciativos.

Neste sentido, objetivamos com este trabalho refletir sobre alguns elementos discursivos fundamentais para a pertinência de se analisar as *condições de produção* (CP, de agora em diante) do texto, em contraste à investigação exclusiva do *contexto*¹¹, para se pensar a configuração do posicionamento do sujeito constituído nos entremeios de discursos e instauração de sentidos que muitas vezes são pouco visíveis no momento da leitura de alunos e professores sob análises exclusivamente linguísticas ou lexicais.

Assim, selecionamos como *corpus* de análise um conjunto de *sequências discursivas*¹² recortadas do texto *Nomes ao léu*, onze sequências, publicado como editorial na *Revista Veja* em outubro do ano de 2013. Além disso, sustentamos a fundamentação teórico-metodológica e as análises pelo quadro epistemológico situado na Análise do Discurso de linha francesa (AD, de agora em diante), especialmente na contribuição de três obras basilares: *Análise automática do discurso*, de Pêcheux (1995); *A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas*, de

¹⁰ Esta relação não se limita à utilização da língua como única ferramenta interatividade, mas toda e qualquer manifestação de linguagem capaz de autorizar a compreensão do homem no mundo, como imagens, sons, etc.

¹¹ Distinguimos aqui *condições de produção* e *contexto*. Enquanto o contexto se trata dos acontecimentos sociais, históricos e culturais que se relacionam com o processo de produção do dizer, as condições de produção tratam, além disso, da inscrição do sujeito, das instituições discursivas, das instâncias ideológicas e das relações discursivas.

¹² Ao apontarmos a análise de *corpus*, distanciamos de “material de análise”, pois, de acordo com Jean-Jacques Courtine (2009, p. 114), trata-se de um “[...] de sequências discursivas, estruturado de acordo um plano definido com referência a um certo estado das condições de produção do discurso”.

Pêcheux e Fuchs (1993); e *A noção de 'condições de produção do discurso'* de Courtine (2009).

Assim sendo, respectivamente, apresentamos a reflexão de Pêcheux e Fuchs (1995; 1993) ao desenvolverem o estabelecimento da noção de CP em seu lugar epistemológico na AD; em seguida, abordamos os refinamentos da noção em questão sob a contribuição de Courtine (2009), em interface com a seção anterior para se aprender uma visão mais complexa e precisa situada na AD; e, por último, propomos um gesto/esboço de análise discursiva do *corpus* em tela com a finalidade de se refletir sobre o lugar das CP para os estudos do texto nas aulas de Língua Portuguesa como ferramenta pedagógica, em contraste ao contexto, e também esclarecer quais são os movimentos linguísticos e discursivos que permitem a um enunciado ser produzido e viabilizado com mais fluidez no processo de ensino e aprendizagem em sala de aula por meio da utilização de textos recortados de revistas.

PROLEGÔMEROS DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

Inicialmente, Pêcheux (1995) elabora, no texto *Análise automática do discurso* (AAD-69, de agora em diante) – publicado no ano de 1969 – diversos conceitos¹³ envolvendo o discurso enquanto um objeto de estudo, repensa a possibilidade de unidade de análise e a inscrição do sujeito na enunciação na reprodução dos sentidos. No entanto, posteriormente, Pêcheux (1993), em parceria com a linguista Fuchs, publica *A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas*, de 1970, trabalho dedicado à reformulação de problemas teóricos da obra anterior, certas lacunas e inacabamentos, principalmente na relação entre a Linguística e os estudos com a linguagem para compor um novo aparato epistemológico capaz de colocar em confluência as teorias do discurso e a futura e ousada disciplina em solo francês: a AD.

¹³ Pêcheux (1995) desenvolve vários estudos para articular o conceito de Discurso, Formação Discursiva e Enunciado no Materialismo Histórico, o escopo das Ciências Sociais.

Estes estudos acionados foram de suma importância ao direcionamento para a exterioridade do léxico¹⁴ e os primeiros passos para a instauração da subjetividade, visto que pensar em “o que” a língua significa – análise do conteúdo e expressão – se tornou segundo plano e agora o interesse era em buscar “o como” a língua significa – funcionamento da linguagem. Nesse sentido, Pêcheux e Fuchs (1993) repensa a interface entre os três pilares propulsores da AD como disciplina: o Marxismo, e os problemas da ideologia social; a Linguística, com os estruturalistas que tomam a língua como objeto; e a Psicanálise, com a transformação do indivíduo em sujeito no espaço ideológico e nas relações com o simbólico.

Com a justaposição dos problemas epistemológicos dessas três áreas do conhecimento, ocorreu a necessidade da construção de um objeto pertinente à compreensão do funcionamento da língua e como essa produz sentidos, e, com efeito, os autores em tela refletem sobre o imbricamento entre o discurso e a língua, ou em outras palavras, “[...] estando os processos discursivos na fonte de produção dos efeitos de sentido, a língua constitui o lugar material onde se realizam estes efeitos de sentidos” (PÊCHEUX; FUCHS, 1993, p. 171). Assim sendo, o discurso implica na relação entre interlocutores com suas respectivas formações ideológicas, conceito este imbricado com suas formações discursivas, isto é, seguem determinadas CP. Essa noção de CP é estabelecida por Pêcheux e Fuchs (1993, p. 172) ao repensarem o sujeito “não-subjetivo” proposto em AAD-69, pois um “[...] indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia” no qual ocupa um lugar, uma posição no discurso o que torna a língua não transparente e carregada de *efeitos de sentidos*.

Além disso, Pêcheux e Fuchs (1993) apresentam duas categorias de esquecimentos na interpelação do indivíduo em sujeito, em suma: o primeiro condiz de o sujeito acreditar ser a origem dos sentidos do dizer; e o segundo se trata do sujeito crer no domínio suas estratégias discursivas. Desta maneira, o sujeito não possui controle do que produz, portanto, apenas participa de um jogo de retomada do *interdiscurso*¹⁵ já que não há um sentido estável incluso e estaque nas palavras, mas efeitos de sentidos

¹⁴ A AD não discerne interioridade e exterioridade ao texto, ao passo que o que é histórico, social e ideológico é manifestado pela materialidade discursiva, o discurso.

¹⁵ *Interdiscurso* se remete às relações existentes entre discursos em uma dada formação discursiva (PÊCHEUX; FUCHS, 1993).

variantes de acordo com cada formação discursiva ao determinar “[...] o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX; FUCHS, 1993).

Em outras palavras, “[...] o sentido de uma sequência só é materialmente concebível na medida em que se concebe esta sequência como pertencente necessariamente a esta ou àquela formação discursiva” (PÊCHEUX; FUCHS, 1993, p. 169). Em síntese, as palavras comportam significados com base em dadas CP a partir de dada posição ideológica do sujeito. Este atribui os efeitos de sentidos em consonância com os processos discursivos possíveis dos sistemas de relações entre discursos de determinada formação discursiva. Por conseguinte, é sobre essa última concepção o tópico de discussão resenhado na seção seguinte, baseada na reflexão de Courtine (2009), no texto *A noção de ‘condições de produção do discurso’*.

A COCEPÇÃO DE CONDIÇÃO DE PRODUÇÃO, POR COURTINE

Propomos nesta seção, pensar sobre a noção de CP desde sua origem, dialogando com as discussões da seção anterior, à transformação e relação de aplicação, baseado em Courtine (2009), com a construção do *corpus* selecionados para este trabalho. Dessa forma, tratamos a definição de CP, a princípio, como a “pedra angular”¹⁶ entre três correntes dos estudos da linguagem do arsenal de solo francês; a *análise de conteúdo*, fruto do aparato da psicologia social na abordagem do texto; a *sociolinguística*, indiretamente associada ao seu aspecto sistemático e estrutural das causas e efeitos sociais; e a *situação do discurso*, ou em outras palavras, o lugar dos elementos: interlocutores, posicionamentos, enunciados, etc.

Nesse sentido, as definições supracitadas implicam na articulação problemática¹⁷ entre a formalização da ruptura da Linguística e das Ciências Humanas e Sociais ao exigirem o surgimento de uma disciplina no entremeio desta interface, isto é, capaz a

¹⁶ Pensar em uma análise discursiva de *corpus* direciona o analista a buscar pela compreensão das condições de produção, uma vez que as manifestações discursivas não se instauram na imanência da língua, por exemplo.

¹⁷ Até metade do século XX a Linguística e as Ciências Humanas e Sociais mantinham uma relação com diversos problemas epistemológicos devido a necessidade de uma ruptura entre ambas para definição do objeto de estudos de uma disciplina da linguagem, pois somente a língua, não era suficiente para explicar os fenômenos históricos, sociais e ideológicos percebidos na língua pelo homem (PECHÊUX, 1995).

sustentar a língua enquanto material de análise (cabe à Linguística), mas também adote uma teoria da inscrição dos domínios do sujeito na/pela enunciação em determinado delineio social, em suma, “[...] o recurso à multidisciplinaridade não contribui, nesse caso, senão para salientar o que ele se dedica a colmatar: a ausência de uma construção teórica do discurso” (CORTINE, 2009, p. 48), ponto essencial para o efeito da CP.

Ainda, Courtine (2009) organiza e refina o caminho trilhado por Pêcheux e Fuchs (1993) para definir o conceito de CP em dois momentos: as filiações do quadro *empírico*, enquanto situação enunciativa; e a projeção de um possível quadro *teórico*, como ressignificação da noção, apropriada da obra de Michel Foucault (2012)¹⁸ quando este pensa os conceitos de *discurso*, *formação discursiva* e *enunciado*. No primeiro momento, alega a existência de lugares imaginários determinados no aparelho comunicativo, sobretudo ao distanciamento das condições históricas inferidas nas circunstâncias de produção. No segundo momento, permeia os rastros *psicossociológicos* na relação entre o discurso e sua projeção para um contínuo da história em um processo de imbricamento entre indivíduos e a coletividade social.

Ainda, é preciso ressaltar que “[...] os planos histórico, psicossociológicos e linguístico, aos quais as CP remetem, são justapostos sem que nenhuma hierarquia nem ordem de determinação sejam explicitamente indicadas” (CORTINE, 2009, p. 51), e por isso não se pensa em estabilidade na noção de CP, na perspectiva empirista, ao passo que o caráter heterogêneo de cada campo se inscreve em uma mobilidade movida pela história e findada pelo discurso.

Ainda, a relação entre as situações de enunciação se torna arriscada, então, corre-se o risco de generalização das condições discursivas, isto é, da busca constante de tudo aquilo fora da unidade do discurso o qual é percebido na língua no que condiz a, como afirma Courtine (2009, p. 52), “[...] um catálogo de relações inter-humanas” o qual comportaria uma dispersão de métodos e conseqüentemente várias lacunas. Assim sendo, uma das preocupações da AD é propor uma ponte entre a língua enquanto objeto da Linguística e a inscrição da História nas CP, sobretudo estabelecer um quadro teórico suficiente para esclarecer essas lacunas.

¹⁸ O conceito de *formação discursiva* é pontuado por Michel Foucault (2012) na obra *Arqueologia do saber*, de 1969.

Partindo do cenário apresentado, é possível refletir a respeito da construção de um conjunto de recortes textuais na perspectiva discursiva. Sendo assim, toma-se a definição de *corpus* discursivo “[...] como um conjunto de sequências discursivas, estruturado segundo um plano definido em relação a um certo estado das CP do discurso” (CORTINE, 2009, p. 54). Logo, pretende-se desenvolver hipóteses relacionadas a determinadas materialidades e a partir delas elencar objetivos baseado na extração de elementos pautados em restrições homogeneizadas¹⁹ pelos pontos de referência. Em outras palavras, as CP se encarregam de garantir a homogeneidade discursiva a partir da eleição de filtros de delimitação das sequências em séries que mantêm relações, chamadas de *campos discursivos*, e submeter à análise das variações dos “processos de segmentação”.

Ainda, ao conduzirmos o enfoque acerca das CP do *corpus*, acionamos Courtine (2009, p. 56) para delinear três critérios de recorte: a exigência de *exaustividade*, a varredura dos vestígios pertencentes ao *corpus*; a exigência da *representatividade*, a aplicação de diferentes leis a diferentes *corpora*, ambas são princípios de restrições; e a *homogeneidade*, mais complexa no sentido de coerência do *corpus* por, durante a análise, o analista se deparar com os contrastes discursivos. Ademais, há a classificação quanto à forma do *corpus* discursivo, isto é, “[...] as sequências discursivas reunidas e que respondem às exigências expressas anteriormente receberão uma organização segundo um plano estruturado em certo número de dimensões [...]” (CORTINE, 2009, p. 57). Logo, selecionamos os recortes a partir das posições ideológicas homogêneas ocupadas pelos sujeitos demonstradas nos gestos de escrita.

Além disso, para esclarecer, problematizamos a natureza histórica destas CP: todo discurso emerge de um processo discursivo o que toma como consequência a criação de fronteiras das condições históricas de produção em um jogo de fragmentação e priorização. E é essa proposição que será colocada em prática na seção seguinte, com a análise discursiva da coluna *Nomes ao léu*, retirada da *Revista Veja* (2013).

UM GESTO/ESBOÇO DE ANÁLISE DE NOMES AO LÉU

¹⁹ Homogêneo enquanto regularidade, não enquanto semelhança de superfície enunciativa.

Em diálogo com os conceitos discutidos nas duas seções anteriores, apresentamos aqui um breve gesto/esboço²⁰ de análise discursiva do texto *Nomes ao léu* publicado na *Revista Veja* para evidenciar, enquanto prática discursiva, o funcionamento do discurso político a partir das CP mobilizadas e percebidas nos dizeres. Assim, elegemos possibilidades de encaminhamentos de análise discursiva as quais podem ser pensadas em sala de aula durante o ensino de Língua Portuguesa por meio do olhar para as CP e não restrito ao contexto.

Com efeito, baseamos as análises em dois posicionamentos de sujeitos para encaminhar os vestígios enunciativos que provocam efeitos de sentidos, relacionam-se e revelam um mesmo segmento ideológico. O primeiro condiz de o colunista Toledo, responsável por assinar pelo texto, resgatar da memória história os acontecimentos políticos-governamentais, especialmente os sistemas brasileiros de formação dos partidos políticos, para expor de maneira implícita os problemas existentes com os próprios homens autorizados a assumir cargos dentro desses partidos e, para tanto, direciona uma série de críticas a respeito da nomenclatura desses partidos. Na verdade, os nomes dos partidos podem ser classificados, como percebido na análise do *corpus*, em categorias de “tipos” de políticos, então, agrupam um conjunto de sujeitos com ações e atuações semelhantes.

Para refletir acerca dessa constatação inicial, examinamos a primeira série de sequências discursivas delimitadas pela homogeneidade de posicionamentos e deixam emergir os sujeitos na discursividade dos gestos de escrita. Na *1ª sequência* “o que chamamos rosa, mesmo com outro nome, teria o mesmo doce odor” (TOLEDO, 2013, p. 35), o sujeito, e não o autor²¹, deixa claro no início da coluna de que um mesmo objeto pode ter diferentes nomes, mas permanece o mesmo objeto no mundo. Então, um mesmo partido pode ser dotado de diferentes nomes, mas conservar as mesmas propriedades de ordem e organização de pessoal, como é observado na *2ª sequência* “já

²⁰ A análise do discurso francesa do legado de Pêcheux (1993; 1995) busca compreender as condições de emergência do discurso, portanto, não sendo possível levantar todas as condições possíveis, mas aquelas mobilizadas pelo analista.

²¹ *Sujeito* e *autor* se diferenciam. Enquanto o primeiro se trata do escritor responsável pela redação, o segundo se refere ao sujeito ocupante de uma posição no dizer e se inscreve em uma dada formação discursiva e ideológica que permite aos dizeres serem produzidos daquela forma e não de outra.

conhecemos a receita. Pega-se um ‘trabalhista’ aqui, um ‘social’ ali, um ‘republicano’ acolá, mistura-se bem, mexe-se, acrescenta-se um ‘brasileiro’ ou ‘nacional’ a gosto e é batizado de partido” (TOLEDO, 2013, p. 35).

Com efeito, ao questionarmos a relação entre o nome e o objeto, notamos que um nome não representa necessariamente o objeto, como na 3ª *sequência* “mas reconheçamos também que, no caso brasileiro, nem todos os ‘socialistas’ apontam para o socialismo, nem todos os ‘sociais’ às políticas sociais, quando apontam para alguma coisa” (TOLEDO, 2013, p. 35). Isso explicita a constituição do sujeito, como inconformado com a tentativa de os partidos proporem diferenciar, algo igual por natureza, por meio de nomes distintos. Este posicionamento é mais uma vez percebido no momento em que o sujeito trata a nomenclatura do partido enquanto um outro interlocutor sobre o qual se fala, pautado em espécie de personificação, na 4ª *sequência* “o Solidariedade nem tanto, uma vez que apenas procura tirar vantagem em cima do famoso movimento polonês dos anos 1980, sendo que a distância entre um e outro é tão notável na dimensão histórica quanto na existente entre as figuras de Lech Walesca e do Paulinho que gosta de apelidar-se ‘de Força’” (TOLEDO, 2013, p. 35).

Nesse último caso, o sujeito não se dirige explicitamente aos partidos eleitorais, mas sim dos representantes enquanto indivíduo dotado de poder, isto é, os sujeitos suscetíveis a ocupar o papel de serem gestores e ocuparem uma função política em uma parte da sociedade. Se aplicado a instância lógica das sequências discursivas anteriores nesta perspectiva, é possível compreender que Toledo (2013, p. 35), desta vez o autor, não somente utilizou, como estratégia enunciativa, essa metáfora dos nomes para invalidar as nuances entre partidos, como também demonstrou insatisfação com o não funcionamento do sistema político, pois a escolha de um nome, ou melhor, a escolha de um representante do povo não faz diferença alguma de quem seja, uma vez que é tudo de forma aleatória com apenas a intenção de “atingir” um grande público, quando se trata de uma banalização das “diferenças” partidárias.

Essa característica de banalização se torna bastante clara na passagem que questiona a respeito da palavra “ordem” em alguns partidos, na 5ª *sequência* “talvez a “ordem” só tenha entrado para ajudar na sonoridade da língua” (TOLEDO, 2013, p. 35).

Logo, ao relacionar a escolha da palavra “ordem” somente quanto a sua sonoridade, esvazia-se os efeitos de sentidos pensados para uma organização social.

O segundo posicionamento se refere a generalização feita pelo sujeito ao seguir o raciocínio da posição anterior, de todos os políticos a partir dos nomes. Logo, o sujeito revela colocar todos os partidos políticos enquanto locutores como pertencentes a um partido isento de ideais precisos e explícitos, ou em outras palavras, o nome não é a representação do objeto. Para comprovar este apontamento, recortamos quatro sequências discursivas. Respectivamente, a 6ª *sequência* “quem procurar o que há no nome dos partidos políticos brasileiros vai se perder numa sopa de umas poucas palavrinhas que, repetidas à exaustão, mais os confundem do que singularizam” (TOLEDO, 2013, p. 35) já demonstra tentativa de generalização quanto as características, e, além disso, demonstra certa preocupação com a dificuldade em tentar distinguir tais partidos pois são muito semelhantes como na, 7ª *sequência*, “[...] vai se perder numa sopa de umas poucas palavrinhas”, ponderando a participação dos outros partidos como pertencentes à mesma ‘sopa’” (TOLEDO, 2013, p. 35).

Já na 8ª *sequência* “mas poucas as palavras com que se identificam, cada qual usando uma combinação diferente das mesmas e surradas fórmulas ‘social/socialista’, ‘trabalhista/trabalhadores’, ‘democrata/democrático’ ou ‘república/republicano’” (TOLEDO, 2013, p. 35) emerge no dizer a convicção do sujeito de os partidos políticos serem organizados a partir de combinações, isto é, a ordem dos políticos se altera, mas suas características não, comprovando, portanto, a existência de estabilização nas ações e atitudes entre as atitudes apartidárias desses governantes, independente de quem, todavia é próprio de quem ocupa tal cargo, visto especialmente na 9ª *sequência* “combinação diferente das mesmas e surradas fórmulas” (TOLEDO, 2013, p. 35). A indiferença é tão acentuada que na 10ª *sequência* “socialistas e sociais confundem-se no gosto pelo *antepositivo soci-*, tido como de miraculoso efeito junto ao eleitorado” (TOLEDO, 2013, p. 35, *itálicos do autor*) os termos se confundem e não se sabe qual nome se refere a qual objeto.

Por último, a 11ª *sequência* “a julgar pela quantidade de partidos ‘sociais/socialistas’ e ‘trabalhistas/trabalhadores’ no entanto, é forçoso concluir que por enquanto a unificação pouco avançou” (TOLEDO, 2013, p. 35) demonstra que ao se

tentar “julgar” as dissociações entre os partidos, depara-se com um “forçoso concluir”, deste modo, os partidos não conseguem associar as características apresentadas pelo nome às atitudes reais da política vigente, ou seja, a quantidade não importa, pois tanto o antigo quanto o novo não apresentam inovações, mas sempre combinações. Logo, notamos a presença grande de uma perspectiva sistemática, na qual ocorrem combinações de pequenos fragmentos para formar outros arranjos. Todavia, também é possível perceber que apesar das alterações das partes menores do sistema (político-ideológico), o sujeito direciona os seus dizeres para reafirmar que o todo não é afetado, mas permanece o mesmo.

DIZERES FINAIS

O objetivo desse texto foi apresentar, brevemente, um percurso das CP no campo da análise do discurso, desde sua origem, transformação e aplicação em um *corpus* de análise, nesse caso forjado por sequências discursivas. Acreditamos que as contribuições de Pêcheux e Fuchs (1993; 1995) e Courtine (2009) foram suficientes para se propor esta reflexão acerca do estudo do discurso enquanto um objeto de pesquisa. Consolidamos que as CP são determinantes para o processo de produção de um enunciado, pois nelas se instauram as memórias sociais, a história, a subjetividade do sujeito interpelado por ideologias, nesse caso de posicionamento político, e também há a premissa de que uma ideologia pode se manifestar na língua e produzir efeitos de sentidos singulares que por vezes se distanciam dos construtos socioculturais inscritos na história.

Logo, constatamos que analisar as CP de textos como ferramenta de ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa em sala de aula se torna essencial e necessária, pois esta modalidade de análise textual é determinante para a compreensão da produção de um enunciado, pois nelas se instauram as memórias sociais, a história, a subjetividade do sujeito interpelado por inscrições ideológicas partidárias, nesse caso do aliciamento a defender ou refutar certas ações de outros *sujeitos-políticos*, e também há a premissa de que uma ideologia pode se manifestar na língua e produzir efeitos de sentidos singulares pouco perceptíveis ao olhar exclusivo da Linguística ou da Lexicologia.

Além disso, acrescentamos que o professor pode evidenciar para os alunos que os sentidos apenas podem ser compreendidos a partir do momento em que o leitor possui um conhecimento exterior ao léxico do texto, um conhecimento suficiente para que seja construído um parecer translinguístico e apenas assim interpretar tais efeitos de ironia ou metáforas, como foi o caso dessa análise, uma vez que ensinar Língua Portuguesa “[...] não mais se resume ao ensinar o seu sistema gramatical e a nomenclatura correspondente (ensinar sobre a língua-alvo, ensinar metalinguagem)” (ALMEIDA FILHO, 2007, p. 64). O foco desse texto não é o de esgotar o assunto, visto que os estudos com o discurso nunca são acabados, mas o fazer ciência é sempre repensado e sempre há outras possibilidades de se trabalhar com um mesmo *corpus* e sob diferentes perspectivas teóricas, sejam educacionais ou discursivas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de. *Linguística Aplicada, ensino de línguas e comunicação*. Campinas: Pontes Editores, 2007.
- COURTINE, Jean-Jacques. A noção de “condições de produção do discurso”. In: _____. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EDUFSCAR, 2009. P. 45-68.
- PÊCHEUX, Michel. Análise Automáticas do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995. P.61-105.
- _____; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 163-235.
- TOLEDO, Roberto Pompeu de. *Nomes ao léu*. Revista Veja, São Paulo, p. 35, 12 de outubro de 2013.



COSEMP
CONGRESSO DE
EDUCAÇÃO
5ª EDIÇÃO

FAPEG
FUNDAÇÃO DE AMPARO
À PESQUISA
DO ESTADO DE GOIÁS

**VI SEMINÁRIO
DE ESTÁGIO**

**III ENCONTRO
DO PIBID**

**LICENCIATURA E DEMANDAS EDUCACIONAIS
PNE, INCLUSÃO, ESTÁGIO E PIBID**

CÂMPUS
IPORÁ



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE GOIÁS**

ISSN: 2238-8451